



Câmara Municipal de Bom Jardim de Minas

“Servindo o Povo”.

PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER Nº 22/2020

PROJETO DE LEI Nº 020/2020

Projeto de Lei nº 020/2020, que
“Dispõe sobre denominação de
logradouro público do Bairro Hospital”.

RELATÓRIO:

O Projeto de lei em epígrafe, de autoria do vereador Francisco Neto Caetano, visa dar denominação a uma via pública do bairro Hospital.

PARECER:

O presente projeto de lei está redigido em linguagem parlamentar e obedece às regras da técnica legislativa.

Atribui a denominação de “Rua Manoel José Lopes” ao logradouro localizado no bairro Hospital que se inicia próximo à esquina com a Sá Ponciana e segue até a entrada do terreno onde atualmente há um campo de futebol.

Em primeiro lugar, devemos comentar que é atribuição da Câmara Municipal aprovar, através de lei, a denominação de próprios, vias e logradouros públicos, conforme disposto no inciso XIII do art. 13 da Lei Orgânica Municipal, o que justifica a deliberação sobre este projeto de lei. E cabe ressaltar que o logradouro está devidamente identificado no projeto.

A princípio, não existe nenhuma restrição quanto à escolha do nome de qualquer prédio, via pública ou equipamento público, em particular quanto à atribuição de nomes de pessoas, o que é uma prática usual, como forma de homenagear os cidadãos que prestaram serviços relevantes à comunidade ou à cidade.

Sendo observado apenas que se evite a utilização de nomes de pessoas vivas, em obediência ao princípio da impessoalidade, e também a fim de impedir a eventual promoção pessoal ou política de pessoas por meio de bens e espaços públicos. No presente caso, a justificativa do projeto informa que o homenageado já é falecido, e por isso podemos nos assegurar de que a homenagem proposta é legítima, neste aspecto.



Câmara Municipal de Bom Jardim de Minas

“Servindo o Povo”.

Também é relevante que nós vereadores analisemos o merecimento da homenagem, que está detalhado na justificativa do projeto, sendo baseado na vida honrada e empreendedora do homenageado e nas contribuições que prestou ao Município.

CONCLUSÃO:

Face ao exposto, concluo baseando no parecer Jurídico, que o presente Projeto é plenamente regular e legal, nada havendo, que impeça a sua aprovação pela Câmara.

Assim, este relator opina pela legalidade do Projeto de Lei nº 020/2020.


Ademir Aparecido Rodrigues
Relator

Aprovo o Voto do Relator, transformando-o em Parecer desta comissão.


Francisco Neto Caetano
Membro

Bom Jardim de Minas, 08 de julho de 2020.